

Escola de Governo / Fundação João Pinheiro
Especialização em Gestão Pública

DOENÇAS OCUPACIONAIS X TRABALHO: um estudo de
caso na área de educação

Neisse Maria Alves de Amorim

Monografia Final de Especialização em Gestão Pública
Belo Horizonte - 2009

Neisse Maria Alves de Amorim

DOENÇAS OCUPACIONAIS X TRABALHO: um estudo de
caso na área de educação

Monografia apresentada ao curso de
Gestão Pública da Fundação João
Pinheiro - Escola de Governo, como
requisito parcial para a conclusão do
curso.

Orientadora: Rosânia Rodrigues de Sousa

Belo Horizonte - 2009

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada com Inspectores Escolares de uma Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais, e teve por objetivo verificar em que medida as doenças ocupacionais em Inspectores Escolares influenciam no trabalho desenvolvido por estes profissionais, as doenças mais frequentes entre os estes profissionais, assim como as relações entre o trabalho e saúde. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas e de observações do ambiente de trabalho. Os resultados apontam ser comum a ocorrência de problemas de saúde decorrente principalmente do estresse e do desgaste provocado pelas condições de trabalho. A análise do trabalho contribuiu para melhor compreensão das condições de trabalho e de saúde desse grupo profissional.

Palavras chaves:

Psicodinâmica do trabalho, trabalho, doenças ocupacionais, Inspetor Escolar.

ABSTRACT

This work is the result of a research, performed with School Inspectors of a Regional Superintendence of Education of the State of Minas Gerais, which had as objective to verify in which level the occupational diseases in School Inspectors influence the work developed by such professionals, the most frequent diseases between them, as well as the relations between work and health. The data was collected through semi-structured interviews and observation of the work environment. The results indicate that it is common the occurrence of health problems mainly due to stress and distress provoked by the work conditions. The analysis of the work contributed to a better comprehension of the work conditions and the health of this professional group.

SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	O Trabalho	10
3	Psicodinâmica do Trabalho	15
4	Prazer	19
5	Sufrimento	21
6	História da Inspeção Escolar no Brasil e em Minas Gerais	24
7	Análise das entrevistas	30
7.1	Categorias	32
7.1.1	O trabalho do Inspetor Escolar	32
7.1.2	Dificuldades e formas de superá-las	34
7.1.3	Sentimentos e estratégias de defesa	36
7.1.4	As relações no ambiente de trabalho	37
7.1.5	As condições de trabalho	38
8	Análise dos CIDs	39
9	Conclusão	41
10	Referência	44
11	Apêndice	47

1 - INTRODUÇÃO

Diante das mudanças econômicas e sociais no mundo do trabalho percebe-se nos dias atuais que as organizações tendem a cobrar mais de seus trabalhadores. No caso da educação, destaca-se a importância de uma nova escola, e um renovado serviço voltado para a mesma, a fim de incentivar o aluno a investir na sua educação, no desejo de aprender a conhecer, de forma a garantir a todos os alunos o acesso e a permanência a uma educação de qualidade.

Essa educação de qualidade constitui a preocupação de uma sociedade cada vez mais crítica. Mudaram os alunos e a função social da escola, exigindo, portanto uma mudança na sua organização e funcionamento. A autonomia que a escola adquiriu com essas mudanças fez com que ela se submetesse à avaliações e ao controle externo de seus resultados.

Essas transformações têm conseqüências positivas e negativas, o que nem sempre correspondem à expectativa das organizações, como os resultados não satisfatórios.

Diante dessa nova realidade surgiu o interesse de pesquisar as doenças ocupacionais em Inspectores Escolares, pois os mesmos além das suas funções regulares como, acompanhamento, apoio, supervisão, têm um importante papel de mediador das decisões externas, além do contexto escolar que, sendo um desafio, muitas vezes pode gerar sofrimento.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é verificar em que medida as doenças ocupacionais em Inspetores Escolares influenciam no trabalho desenvolvido por estes profissionais. Como objetivos específicos propomos verificar quais são as doenças mais freqüentes entre os Inspetores Escolares de uma Superintendência Regional de Ensino do Estado de Minas Gerais, assim como verificar quais os motivos da ocorrência dessas doenças entre os profissionais da educação.

O interesse por essa temática veio através da observação das inúmeras licenças para tratamento de saúde que ocorrem entre os profissionais da educação. A escolha pelo Inspetor Escolar ocorreu devido a grande importância do seu trabalho nas escolas e conseqüentemente a falta destes profissionais quando se afastam.

O campo de pesquisa consistiu em uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, englobando Inspetores Escolares que acompanham o trabalho administrativo e pedagógico das Escolas Estaduais, Particulares e dos Municípios onde as prefeituras não têm sistema próprio de ensino.

A Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais pesquisada atende 12 municípios contendo 159 Escolas Estaduais, 218 Escolas Municipais, 234 Escolas Particulares, 3 Escolas Federais, contendo aproximadamente 382.542 alunos¹.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa bibliográfica com análise de literatura apresentada por autores que abordam temas tais como o trabalho e as doenças ocupacionais. Será realizada também análise documental, onde pretendeu-se

¹ Dados Censo 2005

verificar através dos relatórios da Superintendência as doenças mais freqüentes entre aqueles servidores que se afastam com atestado médico. Será também realizado um trabalho de campo, onde foram entrevistados funcionários da Superintendência pesquisada, que já se afastaram do trabalho com atestado médico.

O trabalho foi dividido em duas partes. A primeira parte no referencial teórico apresentou-se um breve histórico sobre o trabalho, a psicodinâmica do trabalho e o trabalho do Inspetor Escolar no Brasil e em Minas Gerais. Na segunda parte, uma análise sobre as doenças ocupacionais que ocorrem em Inspetores Escolares na Superintendência Regional de Ensino.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 8 (oito) Inspetores Escolares de uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, dos quais cinco destes entrevistados já tinham apresentado algum distúrbio psicossomático.

As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, com base no critério de recorrência dos temas. Foi realizada a coleta de verbalizações e em seguida a anotação das freqüências das verbalizações, o agrupamento dos temas e por fim os temas foram agrupados em categorias síntese.

As temáticas usadas foram: organização do trabalho (divisão de trabalho, produtividade esperada, regras formais e informais, procedimentos e tempo), condições de trabalho (ambiente físico, instrumentos, equipamentos, matéria prima,

suporte organizacional e política de pessoal) e relações sociais do trabalho (com pares e chefia) (interações hierárquicas, coletivas e externas).

Os resultados das entrevistas foram agrupados em 5 (cinco) categorias: O trabalho do Inspetor Escolar, dificuldades e formas de superá-las, sentimentos e estratégias de defesa, as relações no ambiente de trabalho e as condições de trabalho.

Dessa forma, espera-se contribuir para uma reflexão sobre as doenças e a sua prevenção a fim de melhorar o desempenho no trabalho do Inspetor Escolar. Com este estudo pode-se também, ter a oportunidade de verificar as causas de doenças do trabalho e possibilitar ações no sentido da prevenção das mesmas. O resultado deste trabalho poderá ajudar profissionais da educação a evitar situações/repetições que prejudiquem a saúde dos mesmos.

2 - O TRABALHO

De acordo com Mendes (2008) o trabalho tem assumido na sociedade capitalista contemporânea diferentes sentidos para os trabalhadores. Em alguns momentos, ele se apresenta oferecendo condições emancipadoras e em outros se coloca como escravizante. Neste contexto, torna-se importante voltarmos à etimologia da palavra “Trabalho”.

O termo “Trabalho” tem como significado torturar, e é derivado de tripalium, instrumento de tortura. Inicialmente, este termo tinha seu significado ligado à palavra “sofrer”, posteriormente, passou-se à idéia de esforçar-se, lutar, pugnar e, por fim, trabalhar; ocupar-se de algum mister, "exercer o seu ofício". (Cunha, 1982)

Tendo como sinônimo, atividade, ocupação, ofício, profissão, tarefa, o termo “Trabalho” também é encontrado em vários idiomas, com o duplo significado de ação-esforço e moléstia-fadiga (sofrimento).

“O processo de trabalho é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; e condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”. (MARX, p.208, 1980)

De acordo com Mendes (1999), o trabalho faz parte da condição humana, e como tal é indissociável da existência, constituindo a forma de construção das sociedades e dos homens.

Na discussão sobre o papel do trabalho, emergem diferentes concepções. As que defendem o trabalho como meio de subsistência, um mal necessário, assumindo uma visão do trabalho como obrigação, esforço, e até mesmo como castigo, ou a visão do trabalho como meio para dignificar o homem, que pela sua capacidade de produção, pode “alcançar o paraíso”. O trabalho é visto como possibilidade do homem de construir-se a si mesmo e marcar sua existência no mundo.

Assim definido, o trabalho assume uma forma ampla de atividade primordial de constituição e manutenção da existência humana.

“O trabalho toma a forma estratificada da produção capitalista e cada vez mais, as inovações tecnológicas e as variadas formas de organização do trabalho produtivo pulverizam o sentido de totalidade e comprometem a manutenção do trabalhador. O trabalhador não se reconhece em seu trabalho, “sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada”” (Antunes, 1995, p.126).

Do ponto de vista social, Dejours (1996) afirma que o trabalho envolve diferentes sujeitos em interação com determinada realidade, dando lugar à produção de significados psíquica e de (re) construção de relações sociais. Sendo que o trabalho contém vários elementos que influenciam a formação do trabalhador.

Codo (2002) defende a idéia de que o trabalho é bom e terapêutico, depende do trabalhador possuir uma "saúde mental equilibrada" de forma que ele adapta-se ao trabalho. Sendo assim o trabalhador tinha a escolha entre a adaptação ou a doença.

O homem produz sua própria existência na medida em que trabalha, arquitetando a estrutura social com suas próprias mãos. Com o surgimento do capitalismo aconteceu uma inversão, a liberdade se transformou em estranhamento, tortura.

O trabalho é caracterizado como valor de uso e valor de troca, onde o valor de troca é construída pela equivalência de todos os trabalhos e o valor de uso é a construção do significado pessoal. O trabalho como criador de valores de uso é indispensável à existência do homem.

"O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza." (Codo, 1993, p.88)

Para Dejours (1994), um dos sentidos do trabalho é o prazer. O trabalho é e continuará central na construção de identidade e da saúde, da realização pessoal e da evolução da convivência e da cultura. Facilitando novas formas de criação, inovação desenvolvimento na execução da tarefa, transformando o trabalho.

De acordo com esse mesmo autor, o trabalho quando funciona como uma fonte de prazer permite que o trabalhador torne sujeito da ação, desta forma ele domina o trabalho e não é dominado pelo mesmo, embora muitas vezes a organização do trabalho desarticula as oportunidades de utilização dessas estratégias.

O trabalho é fonte de prazer, o sofrimento está ligado a vivência psíquica gerada nas situações de trabalho. O prazer do trabalho depende das condições nas quais é realizado e dos tipos de exigências que envolvem as capacidades do indivíduo.

De acordo com Mendes (1995), a necessidade de entender a relação homem trabalho com seus processos psíquicos surgiu após os princípios do taylorismo criados com o objetivo de racionalizar o trabalho.

Estudos criticam o modelo taylorista e demonstram que a organização do trabalho é responsável pelas conseqüências para o psíquico do trabalhador, levando a vivências de prazer e ou sofrimento.

O trabalho pode favorecer condições estabilizadoras que neutralizam os sofrimentos. Não podendo desprezar a dialética que decorre das vivências de prazer e sofrimento decorrentes da organização do trabalho já que elas podem favorecer uma ou outra vivência, sendo mediadora entre representações psíquicas e a realidade.

Diante disso entende-se que seja necessário um equilíbrio entre o natural do homem e o contexto do local de trabalho de forma a permitir o desenvolvimento do trabalhador no campo pessoal e emocional. Quanto mais a organização tem a necessidade para se corresponder aos valores do sistema, maior é importância de um bom relacionamento homem-trabalho, ou seja, quanto mais o sistema exige do organização, mais necessário uma boa relação homem-trabalho.

Segundo Mendes (1999), a organização do trabalho exerce influências multideterminadas no funcionamento psíquico dos trabalhadores. Tais influências podem ser positivas ou negativas, dependendo do confronto entre as características de personalidade e a margem da liberdade admitida pelo modelo de organização

vigente, que permite ou não a transformação da realidade do trabalho. Essas influências negativas do trabalho podem ter conseqüências sobre a saúde dos indivíduos.

3 - PSICODINÂMICA DO TRABALHO

De acordo com Merlo (2002), a percepção de que o trabalho pode ter conseqüências sobre a saúde dos indivíduos é antiga. Podemos encontrá-la no clássico “Tempos Modernos” de Charlie Chaplin onde relatam as conseqüências na linha de montagem. O trabalho repetitivo elimina toda possibilidade sublimação e leva por meio de repressão, tanto a doenças somáticas, como a descompensações mentais.

De acordo com Dejours (1994), a psicodinâmica tratava de colocar em evidência uma clínica de afecções mentais que poderiam ser ocasionadas pelo trabalho. As questões de saúde mental no trabalho, a patologia gerada pelo trabalho repetitivo, sob pressão do tempo, onde era fundamental a questão da readaptação social para o trabalho.

A psicodinâmica do trabalho pode ser entendida como o estudo dos movimentos psico-afetivos gerados pela evolução dos conflitos intersubjetivos e intrasubjetivos² desenvolvida nos anos 90 na França por Christophe Dejours. A psicodinâmica estudava os movimentos psicoafetivos gerados pela evolução desses conflitos. Os processos intersubjetivos e interativos que desenvolvem nos locais de trabalho, transformando-o em um lugar de saúde e / ou de patologias e de adoecimento, tendo como princípio que o trabalho é vivenciado por prazer e sofrimento.

² Intrasubjetivo (mundo inconsciente), Intersubjetivo (vínculos estabelecidos entre os indivíduos). Os conflitos inter e intrasubjetivos surgem a partir do momento em que as pretensões individuais ou grupais não são satisfeitas.

Atualmente a psicodinâmica é o modo de estudar a inter-relação trabalho saúde, a partir de determinados contextos de trabalho, através de forças, visíveis, invisíveis, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que podem ou não modificar o contexto transformando a saúde em adoecimento.

De acordo com Mendes (2007), a Psicodinâmica está relacionada à clínica do trabalho, um modo de colocar o trabalho em análise, seus aspectos visíveis e invisíveis, as vivências de prazer e sofrimento, às mediações e ao processo saúde adoecimento. É desvendar as transformações da organização do trabalho, revelar o trabalho na sua complexidade, desvelando mediações, contradições e intersubjetividade.

“A dinâmica das relações sujeito-organização do trabalho poderá ocupar um lugar significativo no processo de reapropriação de um homem sempre em luta contra a ameaça de tornar-se doente, sempre em luta para conservar sua identidade na normalidade...” (Mendes, 1994, 143)

A trajetória da psicodinâmica é marcada por três fases. A primeira fase da psicodinâmica é centrada no estudo da origem do sofrimento no confronto do sujeito trabalhador com a organização do trabalho. Os estudos buscavam compreender o sofrimento e as estratégias defensivas individuais e coletivas utilizadas pelos trabalhadores para lidar com o sofrimento.

Na segunda fase é dado o enfoque na análise do trabalhador como lugar de construção de identidade, nas vivências de prazer e sofrimento e no impacto dessas vivências nas novas estruturas de organização do trabalho. A psicodinâmica nesta fase tinha o objetivo de modificar o destino do sofrimento e favorecer sua transformação e não sua eliminação. Transformando o sofrimento em criatividade,

umentando assim a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica, funcionando como um promotor de saúde. Evitando assim o adoecimento e assegurando a produtividade.

Na terceira fase caracterizam a consolidação e propagação da psicodinâmica, capaz de explicar os efeitos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores, ocasionando novas formas de organização do trabalho, especificamente as coletivas e as de cooperação.

A psicodinâmica tenta conseguir entender como os trabalhadores diante destas transformações conseguem manter o equilíbrio, mesmo diante de condições de trabalhos desestruturantes. São objetos da psicodinâmica os estudos das relações entre a organização do trabalho e como é manifestado nas vivências de prazer e sofrimento.

A autora afirma que os impactos do mundo do trabalho no funcionamento psíquico e comportamento dos trabalhadores têm trazido prejuízos devido à racionalização do trabalho, caracterizado pela padronização dos processos produtivos e controle da liberdade de expressão, trazendo conseqüências como fadiga, estresse, insatisfação e outros tipos de perturbações psicológicas, implicando no baixo desempenho, produtividade e problemas de saúde.

A saúde no trabalho é vista como expressão de uma integridade física, psicológica e social, marcada pela vivência de prazer e sofrimento no trabalho, pela utilização de mediações capazes de mobilizar os trabalhadores em busca de uma relação mais

gratificante com o trabalho, pelo reconhecimento no trabalho, elemento essencial do processo de construção da identidade do trabalhador no campo social.

Isso significa que a presença do sofrimento não implica patologia, bem como o binômio prazer-sofrimento pode conviver nas situações de trabalho. Assim sendo, o trabalho é um encontro com o prazer, enquanto o sofrimento instala-se quando a realidade não oferece mais as possibilidades de gratificação dos desejos.

De acordo com Ferreira & Mendes (2003), o prazer - sofrimento é originado das mediações utilizadas pelos trabalhadores para manter a saúde, evitando o sofrimento e buscando alternativas para obter prazer.

4 - PRAZER

Segundo Lower (apud Mendes, 1999), o trabalho é fonte de prazer e nem por isso é considerado um momento de diversão, mas exige disciplina, responsabilidade e compromisso com a atividade. O trabalho pode ser um prazer, dependendo das condições nas quais é realizado, da atitude em relação à tarefa e do tipo de exigência que envolve as energias do indivíduo. Assim, quando uma atividade é restringida por forças externas e que exija um gasto de energia maior que o indivíduo seja capaz de criar ela não será prazerosa.

A sensação de prazer vai além da satisfação da obtenção dos resultados, mas implica reações rítmicas do corpo, acompanhada com o sentimento em resposta ao ambiente, ou seja, o prazer implica a correspondência entre o estado interno e a situação externa.

Pesquisas realizadas por Mendes indicam que o prazer é vivenciado quando o trabalhador é valorizado e reconhecido, principalmente quando a tarefa é importante para a sociedade. Quando o trabalhador pode utilizar de criatividade e autonomia para a realização do trabalho. O prazer é a busca constante em encontrar realização e fortalecer sua identidade pessoal, autovalorização e crescimento pessoal.

Mendes (2004) afirma que o reconhecimento e a valorização do seu sofrimento e esforço investido para a realização do trabalho possibilitam ao sujeito a construção da identidade e o prazer e a realização de si mesmo, fazendo com que o trabalho exerça o papel de realização do sujeito. Sendo assim, para que o trabalho seja

sinônimo de saúde precisa ser reconhecido seu esforço e investimento na tarefa, uma vez que este reconhecimento dará sentido ao sofrimento vivenciado nos trabalhadores.

“(...) a saúde no trabalho relaciona-se às tentativas de transformações das situações adversas, no movimento de busca de prazer e fuga do sofrimento. O comportamento saudável não implica ausência de sofrimento, e sim, as possibilidades internas e externas do indivíduo transformar o sofrimento por meio da tomada de consciência de suas causas, dos conflitos e frustrações que geraram”. (Mendes, 2004)

Para a autora, a saúde no trabalho está entre o equilíbrio entre a vivência de prazer e o sofrimento, com mecanismos capazes de mobilizar os trabalhadores em busca de uma relação mais gratificante no trabalho, e do reconhecimento no processo da construção da identidade do trabalhador no campo social e na luta contra o adoecimento.

“O prazer pode ser definido como valorização e reconhecimento no trabalho. Onde o trabalhador tem seu trabalho valorizado, aceito e admirado”. (Mendes e Mendonça, 2005)

Para a Psicodinâmica do trabalho é possível vivenciar o prazer desde que a organização do trabalho ofereça condições de desenvolver a mobilização da inteligência prática, do espaço público da fala e da cooperação, conseguindo assim transformar o sofrimento em prazer.

O trabalho como fonte de prazer é uma das razões pelas quais ganha tanta importância na vida do indivíduo e faz com que a maioria dos trabalhadores não perca o desejo de permanecer produzindo e de ter no trabalho a oportunidade para construir-se enquanto sujeito psicológico e social.

5 - SOFRIMENTO

O sofrimento no trabalho, de acordo com Mendes (2007), surge quando a negociação entre a organização do trabalho e o trabalhador é bloqueada em virtude das dificuldades de comunicação. Dessa forma a psicodinâmica direciona o estudo do sofrimento para a inter-relação dos trabalhadores com a organização do trabalho e para as estratégias defensivas que utilizam para agüentar o trabalho.

Assim, percebe-se que o sofrimento surge quando não é possível a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização do trabalho, decorrente das condições socioculturais restritivas a plena realização do homem, à sua liberdade, expressão da subjetividade e identidade.

“O sofrimento pode ser definido a partir do fator desgaste, que é a sensação de cansaço, desânimo e descontentamento com relação ao trabalho”.
(Ferreira e Mendes, 2001)

O sofrimento é visto como algo produzido pelas dificuldades de adaptação de certos indivíduos a cultura e organização, onde tentam ajustar o indivíduo ao sistema produzido.

Para Dejours (1994), o trabalhador utiliza estratégias de mediação do sofrimento de forma defensiva. As estratégias individuais ou coletivas de defesa, com o objetivo de lidar com o sofrimento implicam em um investimento sociopsíquico e físico diante da organização a qual está submetido.

Com o tempo, diante de mudanças da organização, as defesas de adaptação e de exploração podem-se esgotar possibilitando o adoecimento.

"O sofrimento no trabalho é uma vivência individual ou coletiva freqüente e permanente, muitas vezes inconsciente, de experiências dolorosas como angústia, medo e inseguranças provenientes do conflito entre as necessidades de gratificação do binômio corpo-mente e a restrição de satisfazê-las pelas imposições das situações de trabalho." (Mendes e Mendonça, 2005)

Esse sofrimento, quando freqüente e permanente, pode gerar graves problemas à saúde dos trabalhadores, como doenças psicossomáticas e ocupacionais. Para que o sofrimento seja transformado em prazer, o trabalhador tem que manter sua integridade sociopsíquica, o uso de estratégias de defesa.

Segundo Dejours (apud Mendes, 2007) essas defesas podem manifestar de duas formas. A primeira forma é quando os modos de proteção para os trabalhadores contra o sofrimento funcionam como "anestesia", que permite ignorar o sofrimento e negar suas causas, tornando-se assim, livres do mal-estar provocado pelo trabalho.

A outra forma é quando o processo de negação leva o trabalhador criar um obstáculo à capacidade de pensar sobre o trabalho, de lutar contra os efeitos da organização do trabalho sobre sua subjetividade e saúde. Levando a aceitação e consentimento das injustiças, esgotamento e sofrimento.

De acordo com Mendonça e Mendes (2005), esse processo conflituoso tem gerado experiências de injustiça e de sofrimento que levam os trabalhadores a reagirem de formas diferentes. Entende-se que a injustiça organizacional provoca sofrimento no trabalho.

"O sofrimento é vivenciado com base na insatisfação e no não-atendimento das expectativas dos trabalhadores". (Mendes e Mendonça, 2005).

As vivências de sofrimento aparecem quando há padronização de tarefa, rigidez hierárquica, com procedimentos burocráticos, centralização de informações e pouca perspectiva de crescimento.

Para o Dejours (1996), o sofrimento surge quando há pressões, imposições, mas também é causado pela criação de incompetências, quando o trabalhador não se sente capaz, principalmente quando não há cooperação. Dessa forma o sofrimento é capaz de desestabilizar o trabalhador conduzindo a problemas mentais. Mas ao contrário pode também ocorrer um enfrentamento das imposições e pressões do trabalho que causam desestabilidade psicológica, tendo lugar o prazer, transformando esse sofrimento.

De acordo com Mendes (1999), o prazer ocorre quando a gratificação dos desejos, dada pela cultura, que oferece os objetos e alvos para satisfação. E o sofrimento tende a ocorrer diante de condições socioculturais extremamente restritivas à possibilidade do sujeito de negociar seus desejos com a realidade, no momento que se esgotam todas as tentativas de reações às sensações desagradáveis envolvidas no trabalho, que mesmo assim, mantém sua função básica de ser lugar para a construção da subjetividade e identidade do sujeito, e não lugar de sofrimento. O prazer-sofrimento encontra-se na mediação entre a realidade psíquica e a realidade sociocultural.

6 - HISTÓRIA DA INSPEÇÃO ESCOLAR NO BRASIL E EM MINAS

GERAIS

De acordo com Lopes (1992), a Inspeção Escolar passou a existir oficialmente no Brasil a partir de 1846 através da Lei nº. 310/1846 que regulamentou a instrução pública em São Paulo estabelecendo a criação de comissões municipais de ensino com função fiscalizadora. Essas comissões eram formadas por cidadãos conceituados por sua idoneidade moral e competência. A função não era remunerada e a indicação era feita pelos políticos locais. Essa Inspeção Escolar não detinha a autonomia necessária para desempenhar o seu trabalho uma vez que sofria interferências políticas.

Na metade do século XIX iniciou-se a composição de uma estrutura administrativa com a função de inspecionar e fiscalizar o ensino. Mais tarde foram criadas as delegacias de Ensino, as quais gerenciavam essas inspeções.

O cargo de Inspetor Escolar foi muito criticado, pois, as pessoas indicadas não tinham a qualificação para executar a função fiscalizadora. Somente em 1961 que, através da Lei nº. 4.024/1961 passou a exigir concursos de títulos e provas para a escolha do inspetor.

“Art. 65. O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas. (...) deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino.” (Lei nº. 4.024/1961)

Com a Lei nº. 5.692/1971, a nova Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus passou a exigir a formação do Inspetor, estabelecendo a necessidade de realização de curso superior ou pós-graduação.

Em Minas Gerais, o Inspetor tinha por função apresentar relatórios circunstanciados sobre as unidades escolares. Somente em 1965 com a publicação da Portaria nº. 37, que as funções do Inspetor Escolar foram estabelecidas e ampliadas.

A partir disso, além de supervisionar e fiscalizar a regularidade do funcionamento do estabelecimento de ensino, o Inspetor deveria prestar assistência técnica - pedagógica e administrativa aos seus dirigentes e professores. As atribuições e deveres dado ao Inspetor diante esta Portaria envolvia um total de 47 tarefas, além das mencionadas acima. Dentre elas, acompanhar as tarefas relativas a caixas escolares e cantinas, arquivos, fichários e correspondências.

Com a Lei nº. 5.692/71, a legislação do Ensino Primário e Médio foi alterada, principalmente em relação a estrutura das escolas, precisando assim, mudar as atribuições dos Inspetores. Para atender as exigências da Lei 5.692/71 foi criado o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, através da Lei 7.109 de 13 de outubro de 1977.

Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais dispunha as atribuições do Inspetor Escolar como orientação, assistência e controle do processo administrativo e do processo pedagógico das escolas.

Em 1982, a Secretaria de Estado de Educação divulga o Manual "Diretrizes para o Serviço de Inspeção no Estado de Minas Gerais". Segundo o Manual a atuação do Inspetor Escolar terá como fim assegurar a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Orientando o pessoal da escola sobre a legislação vigente e verificando o cumprimento dessa legislação, assim como sanar as irregularidades constatadas.

Em 1983, através do Parecer nº. 794/83 foi reorganizado o Subsistema de Inspeção no Sistema de Ensino em Minas Gerais. Percebe-se que o Serviço de Inspeção Escolar não se resumia em fiscalizar e sim examinar, avaliar, orientar, corrigir, contribuindo assim para a melhoria do Sistema Educacional. O Serviço de Inspeção Escolar, depois do Parecer, deve cumprir a função verificadora (verificar o cumprimento das normas vigentes), função avaliadora (comparação entre a situação real e a ideal), função orientadora (conduzir ao conhecimento e a aplicação da norma), função corretiva (sanar as falhas e corrigir desvios) e função realimentadora (oferecer subsídios de modo a ajustar valores e práticas). Além destas competências o parecer propõe a existência do Inspetor Educador, o qual não apenas fiscaliza, mas que participa da vida da escola como educador.

O último documento que formaliza o serviço de Inspeção Escolar é a Resolução nº. 305, de 29 de dezembro de 1983, o qual o Inspetor Escolar tinha as seguintes atribuições: Verificar e avaliar as condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino; orientar e dar assistência aos estabelecimentos de ensino na aplicação das normas do Sistema; promover medidas para correção de falhas e irregularidade verificadas nos estabelecimentos de ensino, visando à regularidade do seu

funcionamento e à melhoria da educação escolar; informar aos órgãos decisórios do Sistema sobre a impropriedade ou inadequação de normas relativas ao ensino e sugestão de modificações quando for o caso.

O Serviço de Inspeção Escolar surgiu com o objetivo de fazer a comunicação entre os órgãos da administração superior do sistema e os estabelecimentos de ensino que o integram. Estabelecendo um elo entre escola, Superintendência Regional de Ensino, Órgãos Municipais, Conselhos Estaduais e Municipais.

Outro objetivo do serviço de Inspeção Escolar é ter conhecimento da situação do estabelecimento: cursos em funcionamentos, situação legal, instalações, escrituração escolar, cumprimento do regimento escolar, cumprimento a demais atos da vida escolar de cada aluno; orientar os processos de criação, autorização, funcionamento, reconhecimento; através da verificação "in loco"; suspensão de atividades, realizar sindicância, quando necessário; encerramento e recolhimento de arquivos, dentre outras atribuições.

Em 05 de agosto de 2004, com a Lei nº. 5.293, a qual Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, o Inspetor Escolar passaria a ser Analista Educacional Inspetor Escolar, cuja jornada de trabalho será exercida no regime básico de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva. O Analista Educacional Inspetor Escolar seria lotado na Superintendência Regional e atuaria nas unidades escolares.

Diante disso, exercer a inspeção escolar passou a compreender-se como orientação, assistência e controle do processo administrativo das escolas e, na forma do regulamento, do seu processo pedagógico; orientação da organização dos processos de criação, autorização de funcionamento, reconhecimento e registro de escolas, no âmbito de sua área de atuação; garantia de regularidade do funcionamento das escolas em todos os aspectos; responsabilidade pelo fluxo correto e regular de informações entre as escolas e os órgãos regionais e o órgão central da Secretaria de Estado de Educação.

Os municípios são divididos em setores, os quais ficam sobre responsabilidade de um Inspetor Escolar. Atualmente cada setor tem em aproximadamente 4 (quatro) Escolas Estaduais e 8 (oito) Escolas Particulares. Sendo que a cada ano aumenta-se em média 1 (uma) Escola Estadual e 25 Escolas Particulares.

São atualmente consideradas atribuições, tarefas e operações do Inspetor Escolar, nas escolas:

Orientar a escola para a conquista de sua autonomia através da integração na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola, subsidiando a escola na elaboração e desenvolvimento do projeto pedagógico, orientando a escola para a realização e a utilização de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de ensino, colaborando com a escola, orientando-a na definição de seu plano de capacitação de recursos humanos.

Assegurar o funcionamento regular da escola interpretando e aplicando as normas do ensino (aplicação das normas referente ao quadro de pessoal, assegurar o funcionamento regular, assegurar a autenticidade e a fidedignidade da escrituração escolar, fazer cumprir a legislação pertinente à gratuidade do ensino).

Orientar a escola pública na captação e aplicação de recursos financeiros (orientar quanto à organização e funcionamento de caixas escolares, esclarecer a importância da participação do Colegiado Escolar na aplicação de recursos e na prestação de contas, esclarecer a direção sobre a celebração de convênios).

Orientar o processo de organização do atendimento escolar, em nível regional e local (demanda escola, cadastro escolar, organização do atendimento à demanda escolar no município, orientar e acompanhar processos de criação e organização de escolas).

Enfim, o Serviço de Inspeção Escolar deve acompanhar os aspectos pedagógicos, político, administrativo, a fim de manter o bom funcionamento da escola e a qualidade do ensino da mesma.

7 - ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

O estudo foi realizado com uma proposta inicial de verificar em que medida as doenças ocupacionais em Inspetores Escolares influenciam no trabalho desenvolvido por estes profissionais.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 8 (oito) Inspetores Escolares de uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, dos quais cinco destes entrevistados já tinham apresentado algum distúrbio psicossomático. Com relação a tempo de serviço dos mesmos, os entrevistados que apresentaram algum distúrbio psicossomático tinham 9 (nove) anos, 10 (dez) anos, 17 (dezesete) anos, 28 (vinte e oito) anos e 36 (trinta e seis) anos de trabalho em Inspeção Escolar, os demais entrevistados tinham 2 (dois) anos, 6 (seis) anos e 12 (doze) ano.

As entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo, com base no critério de recorrência dos temas. Ou seja, primeiramente foi realizada a coleta de verbalizações e em seguida a anotação das frequências das verbalizações, o agrupamento dos temas e por fim os temas foram agrupados em categorias síntese.

As temáticas usadas foram: organização do trabalho (divisão de trabalho, produtividade esperada, regras formais e informais, procedimentos e tempo), condições de trabalho (ambiente físico, instrumentos, equipamentos, matéria prima, suporte organizacional e política de pessoal) e relações sociais do trabalho (com pares e chefia) (interações hierárquicas, coletivas e externas).

Os resultados das entrevistas foram agrupados em 5 (cinco) categorias: O trabalho do Inspetor Escolar, dificuldades e formas de superá-las, sentimentos e estratégias de defesa, as relações no ambiente de trabalho e as condições de trabalho.

7.1 - CATEGORIAS

7.1.1 - O trabalho do Inspetor Escolar

Os entrevistados relataram como é o trabalho realizado por eles, as atividades realizadas, e como é a organização do mesmo.

R1 – “Orientação a Escola de toda legislação de vida escolar (rede pública e particular), orientação de legislação da área funcional (rede estadual), processo de autorização de funcionamento de curso de toda a educação básica e Profissional, validação de atos escolares praticados a descoberto, reconhecimento de curso, verificação de denúncias administrativas, verificar autenticidade de Históricos Escolares, acompanhamento do trabalho das especialistas da escola, através da análise do desempenho dos alunos tanto em avaliações sistêmicas quanto em avaliações internas, atendimento a comunidade escolar a respeito de dúvidas relativas à educação, orientações quanto a arquivo da área funcional e de alunos, recolhimento de arquivo escolar de escola extinta, acompanhamento dos documentos escolares (plano curricular, calendário, proposta pedagógica, quadro de turmas e matrículas - QTM)“.

R2 – “Cada Inspetor organiza seu trabalho de acordo com o seu planejamento. O trabalho é dividido conforme as etapas pelas quais a escola está passando, exemplo: Início do ano letivo: verificação de quadro de pessoal, calendário escolar, plano curricular, matrícula de alunos, remanejamento de servidores, designação, etc. Decorrer do ano: orientação quanto à elaboração e acompanhamento da Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, Vida Escolar, acompanhamento pedagógico, acompanhamento administrativo, escrituração escolar, apuração de recursos, atendimento às solicitações da Superintendência Regional de Ensino como sindicâncias, verificação “in loco” e outros. Final do ano letivo: orientações quanto à aplicação dos estudos orientados, verificação da carga horária ministrada (trabalho realizado também no decorrer do ano) e planejamento das ações para o ano seguinte.”

De acordo com as falas dos entrevistados, percebe-se a complexidade do trabalho, ao qual o Inspetor Escolar tem que seguir normas e resoluções vindas de Instâncias Superiores e ao mesmo tempo não tem o suporte das mesmas. Ele tem que procurar as soluções por conta própria, utilizar os próprios recursos materiais e entregar as solicitações em dia.

O Inspetor Escolar tem a autonomia para planejar seu próprio trabalho. Sabendo dar prioridade a determinadas tarefas, como por exemplo, verificar o quadro de pessoal, matrícula de aluno e calendário escolar no início do ano. Ao mesmo tempo que ele tem a liberdade de gerenciar suas tarefas, quando surge uma demanda vinda de instancias superiores, reclamações feitas contra as escolas de sua jurisdição, o mesmo tem que deixar de fazer tudo que foi planejado para poder atender a estas demandas, o que dificulta o cumprimento do seu planejamento.

R7 –“ (...) O inspetor é um profissional sozinho, trabalha isolado e não pode errar.”

O Inspetor Escolar é um profissional que trabalha sozinho, não tem espaço para troca de experiências e idéias, não tem suporte e não pode errar, e apesar disso se sente satisfeito quando acompanhando a escola desde o começo do ano percebe as mudanças positivas e a ajuda que proporcionou a ela.

7.1.2 - Dificuldades e formas de superá-las

De acordo com Ferreira & Mendes (2003), o sofrimento é uma vivência, muitas vezes inconsciente, individual e/ou compartilhada por um grupo de trabalhadores, de experiências dolorosas, como angústia medo e insegurança, provenientes de conflitos e de contradições originados do confronto entre desejo e necessidade do trabalhador.

Todos os entrevistados relataram que enfrentam dificuldades no trabalho, com relação à infra-estrutura dos locais de trabalho, a falta de planejamento, o estabelecimento de novas metas pelos órgãos competentes, entre outros:

R4 – “As dificuldades mais freqüentes encontradas na rotina de trabalho de inspeção escolar estão relacionadas quando o planejamento dos órgãos competentes chegam atrasados à escola para executá-los, dificultando o estabelecimento de novas metas sem atropelar o planejamento realizado pela escola. As solicitações de serviços que vão contra as legislações previstas.

R3 - Volume de trabalho.”

Diante da falta de suporte, os entrevistados utilizam de outros meios para poder sanar ou minimizar as dificuldades, a falta de infra-estrutura relatada da Superintendência Regional de Ensino e Escolas atendidas, o Inspetor Escolar muitas vezes utilizam material particular para poder trabalhar. Muitas vezes devido ao excesso de demanda acaba tendo que priorizar alguma demanda.

R1 – “Para superar essas dificuldades eu estudo individualmente, busco ajuda com outras colegas de trabalho, racionalizo meu tempo, utilizo os recursos, materiais da minha casa (computador, folhas, tinta de impressora para fazer relatórios), e apesar da interferência política busco trabalhar pautada na ética, legalidade e respeito ao próximo”.

R3 – “Para superar essas dificuldades: Tento fazer o que dou conta, priorizo o que é necessário e o que foge da minha competência eu não estresso. Priorizo as escolas estaduais, que é solicitação da Secretaria de Estado de Educação, e vou tentando dar o que eu posso”.

Os inspetores escolares deparam com tentativas de interferências políticas que muitas vezes dificultam o trabalho dos mesmos, os quais têm que priorizar o que é necessário sabendo trabalhar na ética e na legalidade.

7.1.3 - Sentimentos e estratégias de defesa

Os entrevistados falaram sobre seus sentimentos em relação às dificuldades encontradas no trabalho, verificamos que os trabalhadores utilizam estratégias defensivas a fim de enfrentar o sofrimento. Essas estratégias podem ser individuais ou compartilhadas por grupos onde utilizam a negação ou racionalização do sofrimento. Essas defesas têm papel positivo à medida que protege o sujeito de sentimentos dolorosos.

Percebe-se através da fala dos entrevistados um sentimento de frustração em querer solucionar todos os problemas das escolas e não conseguir por depender de terceiros:

R5 – “Impotência”

R1 – “Algumas vezes alegria, algumas vezes de injustiça, desrespeito e as vezes compaixão no que diz respeito as escolas de periferia que precisam da minha ajuda.”

R6 – “Frustração. É difícil superar o sentimento de frustração ao final do ano quando não conseguimos solucionar questões aparentemente simples, mas dependente de boa vontade de Diretores no atendimento/ prazos.”

R2 – “(...) Às vezes dá um pouco de frustração quando não posso desenvolver alguma atividade por depender de terceiros.”

R1 – “Busco equilibrar a auto estima, pois sem ela é difícil trabalhar.”

7.1.4 - As relações no ambiente de trabalho

Segundo Spode e Merlo, (2006), a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, que conjuga elementos da organização às relações sociais no trabalho, o reconhecimento é uma contrapartida simbólica recebida pelo trabalhador, que se torna um dos elementos fundamentais para obtenção de prazer, o que por sua vez contribui para a manutenção do seu comprometimento subjetivo com a organização.

As relações sociais de trabalho supõem uma minimização do sofrimento vivenciado pelos trabalhadores o que os fazem continuar trabalhando.

R3 – “Tenho uma relação tranqüila com a chefia e com os colegas. A chefia me respeita, reconhece meu trabalho, vejo isso na avaliação de desempenho e no dia-a-dia.”

R2 - “As relações com pares e chefia, são tranqüilas, na medida em que sabemos lidar com pessoas.”

R4 – “Tenho uma relação profissional, procurando tratar os colegas e a chefia com respeito e conduta ética.”

R7 – “São razoáveis dentro das necessidades atuais, embora percebamos a existência ambígua das chefias em relação à nossa autonomia.”

Mesmo alguns entrevistados dizendo ter uma relação tranqüila com seus pares e superiores, pode-se verificar que é também percebida uma postura ambígua por parte da chefia, principalmente no que diz respeito à relação entre superior e subordinado.

R1 – “Relação respeitosa e tranqüila.” “Existe uma certa abertura democrática a certas decisões (poucas, mas existe)”.

7.1.5 - As condições de trabalho

Foi perguntado aos entrevistados como são as condições de trabalho dos mesmos, o que mais foi relatado foram às condições físicas precárias e a falta de suporte organizacional.

R1 – “Ambiente péssimo, por falta de espaço físico, recursos materiais e humanos para apoio, falta de recursos para transporte (locomoção), não ganho dinheiro para isso, tenho que tirar do meu salário.”

R3 – “Nenhuma, tudo que tem que fazer tem que ser fora. Tipo, não tem espaço físico pra fazer um relatório. Quando vou fazer um relatório a opção seria na Superintendência Regional de Ensino de forma precária ou em casa quando meus filhos dormirem a noite. Precária em tudo, computador, telefone, xérox.”

R5 – “As condições de trabalho são precárias. A organização do trabalho é frágil e decadente. Percebi uma grande ingerência na divisão hierárquica do trabalho. Ambiente interno frágil e ultrapassado embora no modelo do serviço da inspeção inovador (inspeção indo ao local do trabalho).”

R7 – “Deixa a desejar, não existe suporte organizacional.”

Não se pode deixar de destacar que a falta de condições adequadas de trabalho podem afetar a saúde dos profissionais, especialmente quando independente da estrutura oferecida, cobra-se resultados e não se permite o erro, conforme foi apontado por um dos entrevistados.

8 - ANÁLISE DOS CIDS

O Ministério da Saúde do Brasil classifica as doenças segundo sua relação com o trabalho. Existindo três categorias: Trabalho como causa necessária; trabalho como fator contributivo, mas não necessário; e trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida.

O trabalho como provocador de um distúrbio latente, pode ser melhor conhecido a partir de um estudo dos ambientes e as condições de trabalho. Os transtornos mentais relacionados ao trabalho resultam de contextos de trabalho em interação com o corpo e ostentação psíquica dos trabalhadores. As ações implicadas no ato de trabalhar podem chegar a reações psíquicas especificamente relacionadas às condições do trabalho desempenhado pelo trabalhador. O que pode gerar sentimento de insegurança, angústia, caracterizando quadros ansiosos e depressivos.

O trabalho desprovido de significação, sem suporte social, não reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico. O processo de comunicação dentro do ambiente de trabalho é considerado um fator importante na determinação da saúde mental. Ou seja, a falta de comunicação espontânea, a não abertura ao diálogo e a manifestação de insatisfação provocarão tensão e conseqüentemente algum sofrimento e distúrbio mental.

No presente trabalho foi realizado um levantamento dos atestados médicos do período de 2004 a 2006 do grupo de Inspectores Escolares desta determinada Superintendência Regional de Ensino.

Dentre os Inspectores Escolares entrevistados sete tinham passado por episódios depressivos no período de 2004 a 2006. Foram encontrados CIDs³ de transtornos do pânico, ansiedade generalizada, transtorno misto ansioso e depressivo e reação aguda ao estresse. Dentre estes sete, cinco participaram da entrevista.

A partir dos dados levantados nas entrevistas e analisando a presença de episódios depressivos nos atestados analisados, verifica-se que o trabalho desenvolvido pelos inspectores escolares trás em sua organização, bem como nas condições de trabalho apresentadas, características que podem afetar a saúde mental desses profissionais e conseqüentemente afetar o resultado de seu trabalho.

³ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde;

9 - CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo verificar em que medida as condições de trabalho e a organização do trabalho influenciam no trabalho desenvolvido pelos Inspectores Escolares de uma Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais, as doenças mais frequentes entre os estes profissionais, os motivos da ocorrência dessas doenças, assim como as relações entre o trabalho, a saúde e as condições de vida daqueles profissionais. A análise do trabalho contribuiu para melhor compreensão das condições de trabalho e de saúde desse grupo profissional.

Foi verificado através dos atestados médicos dos últimos 4 (quatro) anos dos servidores da Superintendência Regional de Ensino analisada que se afastaram do serviço, que a maioria deles já haviam passado por algum episódio depressivo.

Diante disso foi feita uma entrevista semi-estruturada com estes servidores e outros servidores que não apresentaram nenhum episódio depressivo de maneira que possamos averiguar quais são as formas de minimizar o sofrimento do trabalho diante das dificuldades.

Verificamos através das entrevistas que os Inspectores Escolares que não passaram por episódios depressivos utilizam a autonomia para a concretização do trabalho, buscando através do prazer a realização e autovalorização, ou utilizam da negação para suportar o sofrimento.

Os resultados apontam ser comum a ocorrência de problemas de saúde decorrente principalmente do estresse e do desgaste provocado pelas condições de trabalho.

Percebe-se a complexidade do trabalho do Inspetor Escolar e dificuldades enfrentadas por eles em relação ao suporte, infra-estrutura dos locais de trabalho e a falta de planejamento dos órgãos competentes diante das novas metas.

Os Inspectores Escolares utilizam recursos próprios e muitas vezes têm que levar trabalho para casa para conseguir cumprir os prazos estabelecidos por órgãos superiores.

Diante das dificuldades encontradas verificamos que os trabalhadores têm um sentimento de angústia, frustração e devido a isso utilizam estratégias defensivas a fim de enfrentar o sofrimento. Muitas vezes através da negação ou racionalização de forma a protegê-los destes sofrimentos dolorosos.

As relações sociais é uma forma de minimizar este sofrimento, através do reconhecimento do trabalho pela chefia, o Inspetor Escolar obtém o prazer pelo que faz, embora um dos respondentes tenha apontado que há uma ambigüidade nessas relações o que por sua vez contribui para a manutenção do seu comprometimento subjetivo com a organização.

Percebemos que os atestados corroboram as entrevistas, uma vez que os entrevistados apontam para as restrições quanto às condições de trabalho, da falta de apoio de órgão superiores, tendo que trabalhar sozinho. Percebemos um

sentimento de frustração em relação ao trabalho, ao tentar solucionar questões aparentemente simples, mas dependente de outras instâncias. Não tendo estrutura física para trabalhar e tendo questões políticas que interferem no trabalho dos mesmos.

Verificamos que pode haver relação entre os episódios depressivos e o trabalho desenvolvido por esses profissionais. As decepções sucessivas de trabalho frustrantes, as perdas acumuladas ao longo dos anos de trabalho, as exigências excessivas de desempenho podem determinar depressões. O trabalho sem significado, não reconhecido ou que se constitua em fonte de ameaça física e/ou psíquica, pode desencadear sofrimento psíquico.

Assim, sugerimos que outras pesquisas sejam desenvolvidas com esses profissionais, no sentido de se confirmar a influência das condições de trabalho e da organização de trabalho na saúde mental dessa categoria profissional.

Este trabalho pretendeu chamar atenção para esse profissional que tem papel importante na manutenção de uma educação de qualidade, que a saúde no trabalho consiste na vivência de prazer e sofrimento, e que através de mediações são capazes de obter uma relação mais gratificante com o trabalho, pelo reconhecimento no trabalho, elemento essencial do processo de construção da identidade do trabalhador no campo social.

10 - BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho, São Paulo, Cortez, 1995.

CUNHA, Antônio G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2ª edição, 1987.

CODO, Wanderley. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____, Wanderley. *Saúde Mental & trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e trabalho*. São Paulo: Editora Atlas S.A. , 1994.

_____. *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações*. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas (Vol. 1, pp. 149 -174). São Paulo: Atlas, 1996.

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana magnólia. *Trabalho e Riscos de Adoecimento: O caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira*. Brasília:Ler, Pensar e Agir, 2003.

LOPES, R.P. *Congruência entre as atividades exercidas pelo Inspetor Escolar em Escolas Estaduais de Primeiro Grau de Ensino Regular de Belo Horizonte e as funções legalmente estabelecidas*. Rio de Janeiro. 1992 (Dissertação de Mestrado)

MARX, Karl. *O Capital (crítica da economia política) livro1: o Processo de produção do capital*, 5 ed., Rio de Janeiro, 1980.

MENDES, A. M. *Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: As Contribuições de C. Dejours*. Revista Ciência e Profissão, v. 1,2,3, p. 34-38, 1995

_____. *Cultura Organizacional e prazer-sofrimento no trabalho: uma abordagem psicodinâmica*. Porto Alegre, Artmed, 2004.

_____. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. *Trabalho e Saúde: O sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. *Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional*. 1999. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília.

MENDES, A. M.; MENDONÇA, H. In: *Experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública no Estado de Goiás*. Psicologia em Estudo. Maringá, V.10, n.3, p. 489-498, set/dez. 2005.

MERLO, A. R. C. In: *Psicodinâmica do Trabalho. Saúde Mental & Trabalho leituras*. Petrópolis: 2002.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. . *Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar*. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 19, 2006.

MINAS GERAIS, *Resolução nº 305, de 29 de dezembro de 1983*. Dispõe sobre a Inspeção Escolar do Ensino de 1º e 2º graus. Belo Horizonte, 1983.

MINAS GERAIS, *Parecer nº 794, de 29 de dezembro de 1983*. Manifesta-se sobre a reorganização do subsistema de Inspeção, no sistema de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983

MINAS GERAIS, *Lei nº 7.109/77 de 13 de outubro de 1977*. Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1977.

BRASIL, *Lei Nº 4.024*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961.

BRASIL, *Lei Nº 5692/1971, de 20 de dezembro de 1961*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1971.

11 - Apêndice

1 - Quais atividades desenvolvidas na Inspeção Escolar?

2 - Quais as dificuldades enfrentadas no trabalho e quais formas de superá-las?

3 - Quais os sentimentos relacionados ao trabalho e estratégias para lidar com eles?

4 - Como são as relações sociais de trabalho? (com pares e chefia)

5 - Quais as condições de trabalho?

6 - Me fale um pouco sobre:

6.1 - Organização do trabalho (divisão de trabalho, produtividade esperada, regras formais e informais, procedimentos e tempo).

6.2 - Condições de trabalho (ambiente físico, instrumentos, equipamentos, matéria prima, suporte organizacional e política de pessoal).

6.3 - Relações sociais de trabalho (interações hierárquicas, coletivas e externas).